

HANNAH ARENDT: FILOSOFIA POLÍTICA E CONDIÇÃO HUMANA

SALELLAS BOSCH, Alfons Carles
Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dra. SCHIO, Sônia Maria (Orientadora)
Universidade Federal de Pelotas

1 INTRODUÇÃO:

Este trabalho visa à compreensão, através de uma leitura crítica e uma explicação da gênese do livro *A condição humana* (1958), o projeto de Hannah Arendt (1906-1975) de pensar a política e os assuntos humanos de forma radicalmente oposta ao modo com que tradicionalmente a filosofia o fez. Mediante a análise de conceitos como trabalho, labor e ação, Arendt afirma que as sociedades ocidentais, já no início do século XX, são sociedades de consumidores, e nas quais o papel do trabalho foi substituído pelo do labor e a esfera pública da liberdade foi absorvida pela esfera privada da necessidade.

2 METODOLOGIA:

A pesquisa e a análise são bibliográficas, mediante a leitura em detalhe da obra *A condição humana* de Hannah Arendt, Acompanhada do estudo da biografia da autora, a partir da obra *Por amor ao mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt*, escrita por Elisabeth Young-Bruehl, que ajuda a contextualizar o trabalho da pensadora, e a do estudo de Bhikhu Parekh: *Hannah Arendt & the search for a new political philosophy*. Outras obras, que se detalham na bibliografia, foram consultadas e utilizadas.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS:

A pesquisa procura identificar a gênese e as bases teóricas da obra *A condição humana* e seu posterior desenvolvimento. Após a publicação do seu livro *As origens do totalitarismo* (1951), Arendt começou a trabalhar, em 1952, num estudo que intitulou “Elementos totalitários do marxismo” e que devia ser um complemento à obra publicada um ano antes. Arendt pretendia explorar, em primeiro lugar, os conceitos políticos de Marx, e depois a relação destes com a sua noção de história. Esta, que seria uma seção introdutória, daria ensejo a duas análises históricas: uma do marxismo e do

socialismo europeus de 1870 a 1917, e a outra da transição de Lênin a Stalin, na Rússia. Este esquema ficou obsoleto quando Arendt centrou-se na primeira parte: a noção marxista do homem como “animal trabalhador”.

À medida que o tempo passava, o projeto tornava-se mais e mais volumoso, até que, ao final, transformou-se em três livros, uma série de artigos enviados a diversas revistas, e algumas palestras apresentadas em diferentes universidades europeias e norte-americanas. Aquilo que Arendt escreveu entre 1952 e 1956 estava originariamente destinado ao seu projeto de livro sobre o marxismo, que jamais “veio à luz”. Os que apareceram foram: *A condição humana* (1958), *Entre o passado e o futuro* (1961) e *Sobre a revolução* (1963). Os ensaios sobre “a grande tradição” incorporaram-se à coletânea *Entre o passado e o futuro*, e a análise conceitual de Marx transformou-se num estudo sobre o trabalho, o labor e a ação em *A condição humana*. A historiadora dos primeiros anos converteu-se, na década de cinquenta, em uma “filósofa política”. Não obstante, Arendt recusou este último título numa entrevista concedida a Günter Gaus, em 28 de outubro de 1964, com a seguinte explicação:

A expressão “filosofia política”, que costumo evitar, está sobrecarregada pela tradição. Quando falo sobre essas coisas, academicamente ou não, sempre digo que existe uma tensão vital entre filosofia e política. Isto é, entre o homem como ser pensante e o homem como ser atuante há uma tensão que não existe na filosofia natural, por exemplo. Como todo mundo, o filósofo pode ser objetivo em relação à natureza e, quando diz o que pensa sobre ela, ela fala em nome de toda a humanidade. Mas ele não pode ser objetivo ou neutro em relação à política. Não desde Platão! (Arendt, 2008, p. 32).

Arendt identifica uma aversão à política por parte dos grandes autores da História da Filosofia – sendo Kant uma das poucas exceções – da qual não quer fazer parte. O seu projeto visa a tratar a política livre do preconceito tradicional filosófico.

4 CONCLUSÕES:

No exame fenomenológico de *A condição humana* existem três temas: as condições da existência humana, das atividades humanas e dos espaços nos quais desenvolvem-se estas atividades. As condições da existência humana são: a vida mesma, a natalidade, a mortalidade, a pluralidade, a mundanidade e a Terra (planeta que o ser humano habita). Todas estas condições estão conectadas com as atividades

humanas que compõem a *vita activa*: labor, trabalho e ação. Arendt as define desta forma:

O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio tem a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida.

O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo “artificial” de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade.

A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo (ARENDR, 1997, p. 15).

O Labor, O trabalho e a ação não foram sempre valorizados da mesma maneira. A ação era a forma de atividade priorizada pelos gregos, enquanto que para os cristãos foi o trabalho. Em contrapartida, na Idade Moderna, o labor foi colocado acima do trabalho e da ação, o *homo faber* cedeu o seu lugar ao *animal laborans*. Estas mudanças correspondem às que também sofreu o espaço onde têm lugar cada uma destas atividades. A distinção entre o espaço público e o espaço privado, muito importante para os gregos e para os romanos, desapareceu. Entre os dois surgiu o que Arendt designa como “o social” e que, aos poucos, foi-se impondo.

A família, segundo os gregos, era o espaço da necessidade, o lugar adequado para satisfazer as questões mais elementares. Por sua vez, a necessidade é um fenômeno pré-político, caracterizado pela organização doméstica privada. E a liberdade localiza-se exclusivamente na esfera política. Atualmente, afirmou Arendt, a esfera pública (liberdade) tem sido absorvida pela esfera privada. A sociedade é de *laborans*, isto é, uma sociedade de consumidores. O labor, antes recluso, isto é, vivido e resolvido na vida privada, passou a manifestar-se no mundo público, existe uma reificação do processo da vida que engloba tanto o laborar quanto o consumir. Ademais, o Capitalismo moderno vive da injeção de necessidades artificiais. Poder-se-ia denominá-la uma sociedade de “escravos” do consumo sob a aparência de

liberdade. E o mundo robotizado também não é liberador, porque, conforme afirmou-se acima, a máquina acopla-se facilmente ao processo da vida.

Toda a análise conceitual de Arendt em *A condição humana* enquadra-se nessa contraposição entre a *vita activa* e a *vita contemplativa*, expondo sua hierarquia tradicional. Para os gregos, a *vita activa* era primeiro e fundamentalmente a vida política, a ação. O labor e o trabalho eram atividades relacionadas com a provisão das necessidades materiais humanas, enquanto que a ação, a práxis, estabelecia e sustentava a *polis*. Na Era Cristã, a *vita activa* perdeu seu caráter eminentemente político e passou a significar todas as classes de trabalho ativo no mundo e, inclusive, a ação foi colocada junto às obrigações da vida na Terra. O único reino da liberdade, tanto para os gregos como para os cristãos, era aquele domínio extraterreno da contemplação; a *vita contemplativa* considerava-se o único tipo de vida verdadeiramente livre.

Bhikhu Parekh, em *Hannah Arendt & the search for a new political philosophy*, esquematiza em quatro pontos a crítica efetuada por Arendt à Filosofia Política tradicional:

- A. A filosofia política tradicional não apreciou a “dignidade” da política. Não a tratou como uma atividade intrinsecamente importante, senão desde o ponto de vista de uma finalidade ulterior.
- B. A filosofia política tradicional não levou em conta a “autonomia” da política. Não reconheceu que a vida política põe sobre a mesa diferentes questões ontológicas, epistemológicas, metodológicas, morais, e outras.
- C. A filosofia política tradicional concentrou-se nas características formais da vida política e deixou de um lado o caráter e a estrutura das experiências políticas.
- D. A filosofia política tradicional, de forma geral, reduziu a política ao governo (“ruling”), à imposição e ao seguimento de algumas leis determinadas, e deste modo, distorceu o que a vida política realmente é (PAREKH, 1981, PP. 1-2).

Estas quatro teses podem ser conectadas. A filosofia política tradicional, desde Platão, passando por Aristóteles, Agostinho, Tomás de Aquino, Hobbes, Locke, Rousseau, Bentham, Hegel e Marx, não soube apreciar a “dignidade” e a “autonomia” da vida política, e foi por isso que os filósofos a reduziram a um assunto de governo e de comando. Trataram suas características mais formais, porém não se preocupou com o caráter e a estrutura desta forma de vida.

Em *A condição humana* e em suas obras seguintes – *Entre o passado e o futuro* e *Sobre a revolução* – Hannah Arendt, dando a volta à tradição do pensamento

ocidental, assinou-se a tarefa de dirigir o ímpeto filosófico de questionar à esfera dos assuntos humanos, à *vita activa*, com o objetivo de chegar a uma compreensão satisfatória do mundo. É por isso que sua primeira escolha, para o título do livro que acabaria sendo *A condição humana*, era *Amor mundi*, amor ao mundo.

5 REFERÊNCIAS:

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. *A vida do espírito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *Compreender: Formação, exílio e totalitarismo. Ensaios (1930-1954)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva 1997.

KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

PAREKH, Bhikhu. *Hannah Arendt & the search for a new political philosophy*. London: The Macmillan Press Ltd., 1981.

SCHIO, Sônia Maria, *Hannah Arendt: história e liberdade (da ação à reflexão)*. Caxias do Sul: Educs, 2006.

YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. *Por amor ao mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.